

ATENÇÃO FARMACÊUTICA NA AUTOMEDICAÇÃO DE MIPS

PHARMACEUTICAL ATTENTION IN MIPS AUTOMEDICATION

Camilla Gomes da Silva de Alcantara¹

Leonardo Guimarães de Andrade²

RESUMO: O farmacêutico é o profissional responsável pela liberação e orientação sobre o uso racional de medicamentos, neste caso os MIPS (medicamentos isentos de prescrição), através da atenção farmacêutica, pois estes estão relacionados a doenças de baixa gravidade, logo, o seu uso é considerado de curto prazo ou em casos agudos. Com isso, o ato de se automedicar é um comportamento prejudicial à saúde. Devido à população desconhecer os possíveis riscos do uso inadequado e indiscriminado de medicamentos a saúde, cada vez mais tem sido adepta ao uso de fármacos de venda livre procurando alívio para doença. No entanto, devem ser utilizados com cautela e sua dispensação deve ser acompanhada por um profissional habilitado, pois esses medicamentos podem provocar danos à saúde devido ao uso inadequado. Logo, o papel do farmacêutico é relevante contra a automedicação relacionada aos MIPS pela importância na orientação correta quanto ao uso de fármacos para promoção da saúde e o bem-estar do paciente com uma farmacoterapia racional.

Palavras-chave: Atenção Farmacêutica na Automedicação. MIPS. Prescrição Medicamentosa.

ABSTRACT: The pharmacist is the professional responsible for the release and guidance on the rational use of medicines, in this case MIPS (over-the-counter medicines), through pharmaceutical care, as these are related to low-severity diseases, so their use is considered short term (or in acute cases). Thus, the act of self-medicating is a behavior harmful to health. Due to the population being unaware of the possible risks of inappropriate and indiscriminate use of medicines for health, it has increasingly been adept at the use of over-the-counter drugs seeking relief from the disease. However, they must be used with caution and their dispensation must be accompanied by a qualified professional, as these drugs can cause damage to health due to improper use. Therefore, the role of the pharmacist is relevant against self-medication related to PIMs due to the importance of correct guidance regarding the use of drugs to promote health and the well-being of the patient with rational pharmacotherapy.

Keywords: Pharmaceutical care in self-medication. MIPS. Medication Prescrip.

¹Curso de Graduação em Farmácia pela UNIG- Universidade Iguazu, Nova Iguazu-RJ. E-mail: camillag13@gmail.com.

² Professor e Orientador de Farmácia da UNIG- Universidade Iguazu. Mestre em Ciências do Meio Ambiente Universidade Veiga de Almeida. Mestre em Doenças Parasita Universidad Autónoma de Assuncion. Graduação em Enfermagem e Odontologia. E-mail: Leonard.gui@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) são medicamentos que precisam da autorização sanitária para serem comercializados nos autos serviços nas farmácias e drogarias, são utilizados para tratar os problemas autolimitados e não é obrigatório prescrição médica para serem dispensados, pois apresentam segurança e eficácia quando são utilizados conforme as orientações descritas nas bulas e rótulos (GUIMARÃES; PACHECO; DE JESUS MORAIS, 2021).

O cuidado farmacêutico é um modelo de prática que orienta os diferentes serviços farmacêuticos atribuídos ao paciente, esses serviços colaboram para prevenção de doenças, promoção, proteção e recuperação da saúde, assim proporcionando para uma melhoria da qualidade de vida das pessoas (CFF, 2016).

O profissional farmacêutico tem um papel muito importante na etapa de orientação da população para o uso correto de medicamentos, pois é no momento da dispensação do medicamento que o paciente recebe as orientações necessárias sobre determinado medicamento, como a dose correta, o tempo de tratamento, riscos ou benefícios, e dependendo do caso o paciente pode ser orientado a procurar uma unidade de saúde (SOTERIO; DOS SANTOS, 2016).

Deste modo, essa pesquisa se justifica pela importância da orientação farmacêutica frente ao uso de medicamentos isentos de prescrição (MIPs). O farmacêutico dentro de suas habilitações é o mais capacitado para prestar orientação farmacêutica, sendo importante no uso de medicamentos de venda livre, pois irá diminuir os efeitos colaterais e outras situações que podem agravar o quadro clínico do paciente (BALESTRIN, 2019).

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é compreender a importância da orientação do profissional farmacêutico no uso de medicamentos isentos de prescrição de forma racional e segura. Em relação aos objetivos específicos buscou discorrer sobre os MIPs e a importância da orientação farmacêutica no uso dos mesmos, abordar a lei da prescrição farmacêutica, descrever sobre os MIPs mais consumidos no Brasil e compreender os riscos do uso indiscriminado dos mesmos.

OBJETIVO GERAL

Avaliar o conhecimento da atenção farmacêutica, evitando o uso indiscriminado da automedicação de MIPs de forma racional e segura.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as principais intoxicações medicamentosas;
- Alertar sobre os riscos da automedicação de MIPs;
- Abordar sobre a importância da atenção farmacêutica na automedicação;
- Caracterizar os fatores que levam os pacientes a se automedicarem;
- Verificar o conhecimento e as condutas dos farmacêuticos acerca da dispensação de medicamentos.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo realizado por meio da literatura científica, sendo uma revisão bibliográfica no período de 2016 a 2022, a pesquisa foi feita pelo método qualitativo utilizando materiais coletados por meio das bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library online), Google Acadêmico. Como critério de inclusão foram pré-definidos os materiais de artigos que dissertavam sobre atuação farmacêutica, uso indiscriminado de medicamentos e intoxicação medicamentosa.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se nesse trabalho a importância da atenção farmacêutica na automedicação de MIPs e os fatores associados a esta prática. Com intuito de analisar e mostrar de forma segura, objetivando a conscientização da população em relação aos riscos por intoxicação medicamentosa.

DESENVOLVIMENTO ATENÇÃO FARMACÊUTICA NA AUTOMEDICAÇÃO DE MIPs

A atenção farmacêutica é o instrumento que o profissional farmacêutico deve utilizar com o objetivo de promover o uso racional dos medicamentos,

conscientizando os pacientes da importância desta prática evitando a polifarmácia e a automedicação, essas condutas justificam a necessidade da presença deste profissional nas farmácias, drogarias e equipes multidisciplinares hospitalares.

Segundo De Miranda Filho, De Andrade Júnior e De Albuquerque Montenegro (2021), a população tem fácil acesso aos MIPs, principalmente através das farmácias comunitárias, pois é o primeiro lugar que a população recorre para tentar resolver os problemas de saúde autolimitados.

Vale ressaltar que a utilização de MIPs quando realizada de maneira adequada é considerada automedicação responsável e faz parte da prática do autocuidado e do uso racional de medicamentos. Para que essa automedicação ocorra de maneira efetiva e segura é necessário que seja acompanhada de orientações, principalmente por parte do farmacêutico, com isso, destaca-se nesse contexto a indicação farmacêutica e a prescrição farmacêutica de MIPs, ressaltando a importância do profissional farmacêutico para indicar ou prescrever e orientar o paciente sobre a utilização correta de MIPs (MOTA *et al.*, 2020).

Cruz Junior (2021), destaca que o uso de MIPs sem a devida responsabilidade pode trazer impactos sobre a vida e custos ao sistema de saúde, gerando maiores gastos. A automedicação desses medicamentos pode ocasionar riscos à saúde como agravos dos distúrbios, atraso para diagnóstico adequado, risco de dependência, intoxicações, reações alérgicas e efeitos adversos. Destaca também que o uso inadequado pode ocasionar desde riscos de hemorragias, lesões no fígado com o uso de paracetamol, aplasia da medula e anemia hemolítica associada ao uso inadequado da dipirona.

O uso de paracetamol por tempo prolongado e em conjunto com outros analgésicos, anti-inflamatórios não esteroidais, como o ácido acetilsalicílico e outros salicilatos podem aumentar o risco de efeitos renais. É aconselhado que quando for fazer uso do paracetamol e do salicilato em curto período de tempo a dose não ultrapasse a dose indicada quando administrados separadamente (BACHUR *et al.*, 2017).

A dipirona deve ser usada com cautela e de forma racional pelas pessoas que são hipertensas, pois dependendo da dose usada pode ocorrer a retenção de água e

sódio, assim aumentando os níveis da pressão arterial. Com o uso excessivo da dipirona também podem aparecer sintomas como vômitos, vertigens, dores abdominais e náuseas. E a utilização de doses elevadas pode ocorrer a excreção de ácido rubazônico, causando mudança na cor da urina deixando-a avermelhada (SOTERIO; DOS SANTOS, 2016).

De acordo com De Souza Marinho e Meirelles (2021) aponta os MIPs Dorflex, Neosaldina, Torsilax, Addera D3, Sal de Eno e Novalgina como os principais medicamentos mais vendidos no Brasil. E a utilização desses medicamentos de maneira inadequada pode provocar riscos à saúde humana, apresentando desde os riscos mais comuns até os mais graves como intoxicações, gastrite, choque anafilático, úlceras e função do rim prejudicada.

MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPs)

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) são definidos pela ANVISA como medicamentos que têm aprovação pela agência sanitária, sendo direcionados a terapêutica de males considerados como menores e que podem ser comercializados sem a necessidade de prescrição médica. Os MIPs são também denominados como de venda livre ou OTC, do inglês (Over, the counter) que a tradução é “sobre o balcão”. Esses medicamentos apresentam segurança e eficácia e devem ser utilizados de acordo com os rótulos e bulas (CRUZ JUNIOR, 2021).

A indicação dos MIPs é para problemas de saúde autolimitados ou transtornos menores, e são caracterizados como enfermidades agudas de baixa gravidade, como resfriado, dispepsias, tosse seca, cefaléia, cólicas, dores musculares, entre outros, que tendem a evoluir sem apresentar dano ao paciente, sendo a maioria identificada por meio de queixas e sintomas relatados pelo paciente. Contudo, a dispensação desses medicamentos deve ser realizada sob a orientação de um farmacêutico, pois apesar de apresentarem uma relativa segurança podem provocar efeitos colaterais, reações adversas, interações farmacológicas e reações alérgicas (MIRANDA FILHO *et al.*, 2018; ASCHI, 2017).

De acordo com (SOTERIO, DOS SANTOS 2016) os medicamentos com maior índice de uso nos estados brasileiros são os analgésicos, anti-inflamatório e

antitérmicos, sendo alguns medicamentos com essas ações farmacológicas fazem parte dos MIPs. Devido ao acesso facilitado por serem isentos de prescrição a justificativa de pacientes para este fato se dá pela necessidade de se obter alívio imediato associado a dificuldade de conseguir um atendimento no sistema único de saúde ou privado, com isso quando surgem as condições clínicas recorrem à busca desses medicamentos (PEDOTT, 2018).

Segundo Mota *et al.*, (2020) alguns dos benefícios da disponibilidade e da regulamentação dos MIPs, podendo destacar a diminuição da sobrecarga e dos gastos do sistema de saúde, tendo em vista que para aquisição desses medicamentos não são necessárias consultas médicas ou odontológicas prévias.

A ANVISA a partir da resolução 98/2016 enquadrou os MIPs em sete critérios, incluindo assim, o tempo de comercialização mínimo, segurança do fármaco, possíveis sintomas identificáveis, utilização por curto prazo, ter potencial baixo de riscos, fácil manejo pelo paciente e não ocasionar dependência (ANVISA, 2016).

PRESCRIÇÃO MEDICAMENTOSA

A prescrição é uma importante etapa do processo de cuidado ao paciente, após a organização dos dados, formação de um diagnóstico preciso e como consequência a determinação de uma terapia medicamentosa e condutas a serem realizadas, visando o uso racional de medicamentos evitando erros (OLIVEIRA, SANTOS, LEITE, 2015).

A prescrição é um documento que define qual medicamento deverá ser fornecido, indicando sua concentração, dose, forma farmacêutica, duração do tratamento, posologia e também a forma de utilização, devendo seguir normas legais e institucionais, e deve ser confeccionada por profissionais habilitados (ARAUJO, UCHOA, 2011).

Com isso, o uso de medicamentos é regulado pela ANVISA no Brasil. É por meio da diferenciação dos receituários médicos que se controla a prescrição e compra adequada do remédio. Existem diversos medicamentos que não necessitam de receituário médico para compra, mas que só devem ser adquiridos quando prescritos

por um profissional. Nesse caso, é utilizado apenas uma receita simples, com uma via, geralmente em papel de cor branca.

Dessa forma, é de extrema importância que todos os profissionais da saúde legalmente habilitados a receitar medicamentos (médicos, veterinários e dentistas), assim como os farmacêuticos, saibam identificar o tipo de papel correto em que a receita médica deve ser indicada.

CONCLUSÃO

Conclui-se nesse trabalho a importância da atenção farmacêutica na automedicação de MIPs, promovendo o uso de forma segura e racional no momento da dispensação do medicamento visando o melhor tratamento farmacológico para proporcionar uma melhor qualidade de vida ao paciente. Apesar desses medicamentos serem isentos de prescrição por serem de fácil acesso eles podem causar reações adversas, efeitos colaterais, interações medicamentosas, entre outros problemas. Dessa forma devem ser utilizados de maneira adequada para minimizar os riscos de intoxicação medicamentosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. **Resolução nº 98, de 1º de agosto de 2016.** Critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamento/o sob prescrição.

ASCHI, Diane Paula. **Medicamentos isentos de prescrição: antiacneicos e tópicos adstringentes.** 2017.

ARAÚJO, P. T. B.; UCHÔA, S. A. C. Avaliação da qualidade da prescrição de medicamentos de um hospital de ensino. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, 2011.

BACHUR, Tatiana Pascholette Rodrigues *et al.*, **Medicamentos isentos de prescrição: perfil de consumo e os riscos tóxicos do paracetamol.** 2017.

BALESTRIN, Thaize. ANTIINFLAMATÓRIOS NÃO ESTERÓIDES (AINEs): A ORIENTAÇÃO DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO NO USO DESSES MEDICAMENTOS. **FACIDER-Revista Científica**, v. 13, n. 13, 2019.

CFF. Conselho Federal de Farmácia. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, a família e a comunidade: contextualização e arcabouço conceitual/**Conselho Federal de Farmácia**. Brasília, 2016.

CRUZ JUNIOR, Alex Fabiano da. **Automedicação de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP)**. 2021.

DE MIRANDA FILHO, Jorge Paulo; DE ANDRADE JÚNIOR, Francisco Patricio; DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO, Camila. Cuidados farmacêuticos e os medicamentos isentos de prescrição: revisão integrativa da literatura. **ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION**, v. 10, n. 1, p. 153-162, 2021.

DE SOUSA MARINHO, Laynna Núbia; MEIRELLES, Lyghia Maria Araújo. OS RISCOS ASSOCIADOS AO USO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO. **REVISTA SAÚDE MULTIDISCIPLINAR**, v. 9, n. 1, 2021.

GUIMARÃES, Pedro Henrique Damascena; PACHECO, Rodrigo Pereira; DE JESUS MORAIS, Yolanda. Cuidados farmacêuticos e o uso de Medicamentos Isento de Prescrição (MIPs). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. e485101220405- e485101220405, 2021.

MIRANDA FILHO, Jorge Paulo de *et al.*, Cuidados farmacêuticos e os medicamentos isentos de prescrição: uma revisão integrativa da literatura. 2018.

MOTA, K. *et al.*, Medicamentos isentos de prescrição (MIP): o farmacêutico pode prescrever, mas ele sabe o que são?. **Revista de la OFIL**, v. 30, n. 1, p. 52-55, 2020.

OLIVEIRA, C. S., SANTOS, A. S., LEITE, I. C. G. Avaliação da qualidade das prescrições médicas da farmácia municipal de Catalão – Goiás. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 24, n. 4, p. 556-561, 2015.

PEDOTT, Leticia. **Análise da utilização de medicamentos isentos de prescrição por pacientes de uma farmácia da cidade de Erechim-RS**. 2018.

SOTERIO, Karine Azeredo; DOS SANTOS, Marlise Araújo. A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre: uma revisão. **Revista da Graduação**, v. 9, n. 2, 2016.